

Caloi Norte S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Caloi Norte S.A.
Manaus -AM

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Caloi Norte S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caloi Norte S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caloi Norte S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Caloi Norte S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14			31/12/15	31/12/14		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.196	4.407	3.196	4.407	Fornecedores nacionais e estrangeiros	12	27.993	42.987	27.993	42.987
Contas a receber de clientes	6	88.746	75.548	88.746	75.548	Empréstimos e financiamentos	13	104.263	43.326	104.263	43.326
Estoques	7	84.650	92.259	84.650	92.259	Salários e encargos		4.844	4.757	4.844	4.757
Impostos a recuperar		10.241	8.644	10.218	8.620	Obrigações tributárias	14	3.271	2.259	3.288	2.263
Outros créditos	8	2.323	1.351	2.323	1.351	Dividendos mínimo obrigatórios a pagar		422	422	422	422
Despesas antecipadas		450	141	450	141	Empresas ligadas a pagar	17	414	291	414	291
Total do ativo circulante		189.606	182.350	189.583	182.326	Outras contas a pagar		5.080	7.034	5.080	7.039
						Total do passivo circulante		146.287	101.076	146.304	101.085
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	395	4.093	395	4.093	Empréstimos e financiamentos	13	73.312	107.322	73.312	107.322
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	16	16.762	14.783	16.762	14.783	Obrigações com partes relacionadas	16	147	124	-	-
Outros créditos	8	3.160	2.824	3.160	2.824						
Total do realizável a longo prazo		20.317	21.700	20.317	21.700	Provisões para contingências	18	562	463	562	463
						Outras contas a pagar		2.124	1.904	2.124	1.904
						Total do passivo não circulante		76.145	109.813	75.998	109.689
Investimentos	9	107	91	-	-	Total do passivo circulante e não circulante		222.432	210.889	222.302	210.774
Imobilizado	10	32.632	32.654	32.632	32.654	Patrimônio líquido					
Intangível	11	38.631	39.487	38.631	39.487	Capital social	19	46.714	46.714	46.714	46.714
						Reservas de reavaliação		6.153	6.308	6.153	6.308
						Reservas de lucros		5.649	5.649	5.649	5.649
Total do ativo não circulante		71.370	72.232	71.263	72.141	Lucros acumulados		345	6.722	345	6.722
						Total do patrimônio líquido		58.861	65.393	58.861	65.393
Total do ativo		281.293	276.282	281.163	276.167	Total do passivo e patrimônio líquido		281.293	276.282	281.163	276.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita líquida de vendas	20	307.524	291.178	307.520	291.175
Custo dos produtos vendidos	21	(233.475)	(216.362)	(233.475)	(216.362)
Lucro bruto		74.049	74.816	74.045	74.813
Despesas operacionais					
Com vendas	22	(19.489)	(21.688)	(19.465)	(21.664)
Gerais e administrativas	23	(27.809)	(28.876)	(27.811)	(28.886)
Pesquisa e desenvolvimento		(2.551)	(2.615)	(2.551)	(2.615)
Resultado de participações societárias		16	8	-	-
		(49.833)	(53.171)	(49.827)	(53.165)
Resultado antes das despesas financeiras líquida e impostos		24.216	21.645	24.218	21.648
Despesas financeiras	25	(34.079)	(26.054)	(34.079)	(26.054)
Receitas financeiras	25	1.352	1.497	1.352	1.497
Despesas financeiras líquidas		(32.727)	(24.557)	(32.727)	(24.557)
Lucro antes de impostos de renda e da contribuição social		(8.511)	(2.912)	(8.509)	(2.909)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	16	1.979	2.673	1.979	2.673
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	16	-	-	(2)	(3)
		1.979	2.673	1.977	2.670
Prejuízo líquido do exercício		(6.532)	(239)	(6.532)	(239)
Prejuízo líquido por ação - em RS	19	(14,23)	(0,52)	(14,23)	(0,52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Prejuízo líquido do exercício	<u>(6.532)</u>	<u>(239)</u>	<u>(6.532)</u>	<u>(239)</u>
Resultado abrangente	<u><u>(6.532)</u></u>	<u><u>(239)</u></u>	<u><u>(6.532)</u></u>	<u><u>(239)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital social	De reavaliação	De incentivos fiscais	Reserva legal	Lucros Retidos	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	46.714	6.460	4.159	1.490	6.809	-	65.632
Retenção de lucros	-	-	-	-	(6.809)	6.809	-
Realização da reserva de reavaliação de ativos	-	(227)	-	-	-	227	-
Baixa de impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	-	75	-	-	-	(75)	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(239)	(239)
31 de Dezembro de 2014	46.714	6.308	4.159	1.490	-	6.722	65.393
Realização da reserva de reavaliação de ativos	-	(227)	-	-	-	227	-
Baixa de IR e CSLL diferido passivo	-	72	-	-	-	(72)	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(6.532)	(6.532)
31 de Dezembro de 2015	46.714	6.153	4.159	1.490	-	345	58.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Das atividades operacionais:				
Prejuízo líquido do exercício	(6.532)	(239)	(6.532)	(239)
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Contribuição social e imposto de renda diferido	(1.979)	(2.673)	(1.979)	(2.670)
Depreciações e amortizações	4.486	4.324	4.486	4.324
Equivalencia patrimonial	(16)	(8)	-	-
Resultado líquido na baixa de investimentos	-	427	-	427
Resultado líquido na venda de ativos/outros	161	124	161	124
Provisão para devedores duvidosos	1.363	801	1.363	801
Provisão para perdas nos estoques	297	(597)	297	(597)
Encargos de financiamentos	31.553	22.579	31.553	22.579
AVP (contas a pagar e receber)	375	490	375	490
Provisão de contingencias	99	118	99	118
	29.808	25.346	29.824	25.357
(Aumento)/diminuição no ativo circulante e não circulante				
Contas a receber de clientes	(11.319)	(5.566)	(11.319)	(5.566)
Estoques	7.312	(21.469)	7.312	(21.469)
Impostos a recuperar	(1.597)	635	(1.598)	628
Despesas antecipadas	(309)	169	(309)	169
Outros créditos	(1.308)	261	(1.308)	261
Aumento/(diminuição) no passivo circulante e não circulante				
Fornecedores	(14.914)	14.362	(14.914)	14.362
Salários e encargos sociais	87	(27)	87	(27)
Obrigações tributárias de curto prazo	1.012	44	1.025	(14)
Demais contas a pagar - curto prazo	(1.954)	3.174	(1.959)	3.174
Empresas ligadas	146	2	123	56
Obrigações tributárias de longo prazo	-	(5.982)	-	(5.982)
Demais contas a pagar - longo prazo	220	(124)	220	(124)
Juros Pagos	(29.165)	(18.529)	(29.165)	(18.529)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(21.982)	(7.704)	(21.982)	(7.704)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Venda de ativo imobilizado	3	67	3	67
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(3.772)	(7.154)	(3.772)	(7.154)
Caixa líquido (aplicação) nas atividades de investimento	(3.769)	(7.087)	(3.769)	(7.087)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos	86.386	140.500	86.386	140.500
Amortização de financiamentos (principal)	(61.846)	(131.658)	(61.846)	(131.658)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	24.539	8.842	24.539	8.842
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.211)	(5.949)	(1.211)	(5.949)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	4.407	10.356	4.407	10.356
No final do exercício	3.196	4.407	3.196	4.407
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.211)	(5.949)	(1.211)	(5.949)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Companhia e suas controladas têm como objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de bicicletas adultas, bicicletas infantis (Aros 12 e 16), peças e acessórios relacionados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia focou sua atuação na produção e comercialização de bicicletas e bicicletas infantis e acessórios para o mercado nacional.

Em 21 de Agosto de 2013, 70% das ações da Companhia foram adquiridas pela Cycling Sports Group Brazil Investimentos Ltda., empresa do grupo Dorel Industries Inc. que, dentre as suas unidades de negócio possui a Dorel Sports que gerencia as marcas Cannondale, Schwinn, Mongoose e GT.

Dentre os benefícios dessa transação, a Companhia acelerou localmente o desenvolvimento e comercialização e produção de um amplo portfólio de marcas do grupo incluindo Cannondale, Schwinn, GT e Mongoose.

Atualmente a Companhia detém unidade produtiva, localizada no Município de Manaus (AM), utilizada para a produção de bicicletas com e sem marcha de todas as marcas do grupo, um centro tecnológico e logístico em Atibaia (SP), que distribui brinquedos e bicicletas importadas, um escritório administrativo e comercial, localizado no Município de São Paulo, a Avenida das Nações Unidas, 11.857 - 15º andar - Cj 152.

A Companhia possui benefício fiscal referente à redução de 75% do Imposto de Renda relativo a atividade incentivada (Lucro da Exploração) que corresponde às atividades exercidas na área da SUDAM.

2 Entidades do grupo

A tabela abaixo apresenta as participações detidas pela Companhia em controlada, bem como as atividades das mesmas:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Subsidiária	Direta	Direta
DUCOR ARMAZENS GERAIS LTDA	99,99%	99,99%

- A Ducor Armazens Gerais Ltda, presta serviços de armazenagens em geral

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Caloi Norte S/A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de janeiro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos, críticos referente às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** - Provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 6** - Provisão para obsolescência dos estoques;
- **Nota explicativa nº 9** - Imobilizado (Revisão da vida útil do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 10** - Intangível (Amortização do ativo intangível de vida útil indefinida);
- **Nota explicativa nº 15** - Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos;
- **Nota explicativa nº 17** - Provisão para contingências; e
- **Nota explicativa nº 25** - Instrumentos financeiros derivativos.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando:

- (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo;
- (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável;
- (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e
- (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

c. Custos

Os custos dos produtos vendidos são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita.

d. Subvenção e assistência governamental

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

e. Impostos de renda e contribuições sociais

O Imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) e considera a compensação de prejuízos fiscais limitada a 30% do lucro tributável anual e benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda relativo a atividade incentivada (lucro da exploração).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto de renda diferido é calculado com base na alíquota efetiva que corresponde ao benefício esperado quando da realização do ativo em caixa. Desta forma, o imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal é registrado a alíquota de 18% enquanto as diferenças temporárias são registradas a 18%

A contribuição social corrente e diferida são calculadas com base na alíquota de 9% e considera a compensação de base negativa limitada a 30% do lucro tributável anual.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

f. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede aos custos de reposição ou aos valores de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou de perda com estoques de coleções superadas são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, decorrente do monitoramento permanente dos itens.

g. Ativo Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas e também efetua, pelo menos, anualmente, revisões da vida útil-econômica dos seus bens do ativo imobilizado. Quando alterações são necessárias, os ajustes são efetuados de forma prospectiva.

As contas do imobilizado estão acrescidas de reavaliação espontânea efetuada pela Companhia no exercício de 2004. Os saldos da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, serão mantidos até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

(i) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota Explicativa 9 - Imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Quando são identificadas indicações de perda de valor recuperável, são submetidos ao teste de avaliação do valor recuperável anualmente ou quando circunstâncias indicarem perda.

(i) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

i. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia e suas controladas em condições de que a Companhia e suas controladas não aceitariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma perda por redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

A participação societária nas controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos cotistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

I. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, compreendem os saldos de aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, compreendem contas a receber de clientes, outras contas a receber e empréstimos e financiamentos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores nacionais, fornecedores estrangeiros, outras contas a pagar, outros débitos, empréstimos e financiamentos (incluindo debentures) e obrigações com partes relacionadas.

m. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

n. Contas a receber de clientes

O contas a receber é registrado e mantido no balanço pelo valor justo dos títulos representativos destes créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos.

o. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

p. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

q. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

r. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais ou administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais judiciais e administrativas, recentes decisões não terminativas, entre outras.

s. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

t. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número de ações totais (ordinárias) em circulação no fim do período correspondente ao resultado.

u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquela que pode ser relevante para o Grupo está mencionada abaixo. O Grupo não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Caixa e fundo fixo	30	45	30	45
Bancos	1.744	2.241	1.744	2.241
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.422	2.121	1.422	2.121
	<u>3.196</u>	<u>4.407</u>	<u>3.196</u>	<u>4.407</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas à taxa média de 20% do CDI e possuem aplicações e resgates diários com a finalidade de atender compromissos de curto prazo

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Circulante				
Contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros	93.506	78.479	93.506	78.479
Ajustes a valor presente	(1.543)	(1.077)	(1.543)	(1.077)
Provisão para perdas liquidação duvidosas	(3.217)	(1.854)	(3.217)	(1.854)
	88.746	75.548	88.746	75.548
Não Circulante				
Contas a receber de clientes nacionais	416	4.125	416	4.125
Ajustes a valor presente	(21)	(32)	(21)	(32)
	395	4.093	395	4.093
Toa contas a receber de clientes	89.141	79.641	89.141	79.641

A Companhia vem reconhecendo as perdas com contas a receber de clientes, considerando como de difícil realização os créditos originais vencidos há mais de 90 dias, desde que não tenha garantias contratuais de realização.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (movimentação)

	31/12/15	31/12/14
Saldo Inicial	1.854	1.053
Constituição provisão	2.448	1.582
Realização provisão	(956)	(454)
Reversão provisão	(129)	(327)
Saldo final	3.217	1.854

A abertura do saldo de contas a receber de clientes nacionais (circulante e não circulante) pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Descrição	2015	2014
Saldo a vencer	82.357	73.645
Vencidos até 30 dias	3.582	4.076
Vencidos entre 31 a 60 dias	2.069	673
Vencidos entre 61 a 90 dias	858	206
Vencidos a mais de 90 dias	275	1.041
	89.141	79.641
Circulante	88.746	75.548
Não Circulante	395	4.093
Total contas a receber de clientes	89.141	79.641

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Matérias primas	20.224	20.806	20.224	20.806
Materiais auxiliares	472	640	472	640
Produtos em elaboração	961	1.370	961	1.370
Produtos acabados	49.566	35.051	49.566	35.051
Materiais em trânsito	13.427	34.392	13.427	34.392
Total de estoques	84.650	92.259	84.650	92.259

O valor dos estoques reconhecidos no custo para o período totalizou R\$ 214.440 (2014: R\$199.045), demonstrado com custo de vendas. Adicionalmente, compõem o custo de vendas os incentivos fiscais líquidos, royalties, impostos de internação, variação cambial sob fornecedores de matérias primas, despesas com fretes sobre vendas e demais despesas com distribuição.

O valor das baixas de estoques reconhecidas como perdas no exercício totalizou R\$ 1.523 (R\$ 1.829 em 2014), reconhecido em custo dos produtos vendidos.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo dos produtos vendidos”.

8 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Circulante				
Adiantamento a funcionários	1.100	346	1.100	346
Adiantamento a fornecedores nacionais	50	30	50	30
Adiantamento a corretores e despachantes	566	864	566	864
Derivativos a receber	549	-	549	-
Outros créditos	58	111	58	111
Total outros créditos	2.323	1.351	2.323	1.351

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Não Circulante				
Depositos para defesas e recursos	2.566	2.230	2.566	2.230
Outros ativos de longo prazo	594	594	594	594
Total outros créditos	3.160	2.824	3.160	2.824

9 Investimentos (controladora)

	Participação no final do exercício %		Participação em 2015		Participação em 2014	
	Votante	Total	No patrimônio líquido	No resultado do período	No patrimônio líquido	No resultado do período
Ducor Armazéns Gerais Ltda	99,99%	99,99%	107	16	91	8
Total de Investimentos			107	16	91	8

10 Imobilizado (controladora e consolidado)

Descrição	Taxa (%) Anual de depreciação	Controladora e Consolidado	
		31/12/15	31/12/14
Terrenos		4.166	4.166
Edifícios e benfeitorias	4	23.713	23.460
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	16.034	14.658
Instalações	10	5.657	5.072
Móveis e Utensílios	10	4.165	3.342
Veículos	20	-	-
Ferramentas	20	3.943	3.720
Informática e comunicação	10 a 20	2.244	2.166
Equipamentos de laboratório	5	65	-
Imobilizado em andamento		35	263
Total imobilizado (custo)		<u>60.022</u>	<u>56.847</u>
Edifícios e benfeitorias		(12.494)	(11.869)
Máquinas, aparelhos e equipamentos		(6.782)	(5.742)
Instalações		(1.744)	(1.216)
Móveis e Utensílios		(1.320)	(915)
Veículos		-	-
Ferramentas		(3.255)	(2.908)
Informática e comunicação		(1.792)	(1.543)
Equipamentos de laboratório		(3)	-
(-) Depreciação acumulada		<u>(27.390)</u>	<u>(24.193)</u>
Total do ativo imobilizado		<u>32.632</u>	<u>32.654</u>

Movimentação do Imobilizado - Controladora e consolidado

<u>Descrição</u>	<u>Terrenos, edificações e instalações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Ferramental</u>	<u>Imobilizações em curso</u>	<u>Demais itens</u>	<u>Total</u>
Custo ou avaliação:							
Em 1 de janeiro de 2014	<u>28.310</u>	<u>17.672</u>	<u>2.997</u>	<u>3.666</u>	<u>1.028</u>	<u>2.800</u>	<u>56.473</u>
Adições	4.398	1.257	728	50	74	213	6.720
Alienações	(2)	(892)	(19)	(7)	-	(128)	(1.048)
Transferência	52	767	6	14	(839)	-	-
Resultado de inventario fisico	(60)	(4.146)	(370)	(3)	-	(719)	(5.298)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>32.698</u>	<u>14.658</u>	<u>3.342</u>	<u>3.720</u>	<u>263</u>	<u>2.166</u>	<u>56.847</u>
Adições	20	103	866	167	2.495	57	3.708
Alienações	-	(471)	(62)	-	-	-	(533)
Transferência	818	1.744	19	56	(2.723)	86	(0)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>33.536</u>	<u>16.034</u>	<u>4.165</u>	<u>3.943</u>	<u>35</u>	<u>2.309</u>	<u>60.022</u>
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Em 1 de janeiro de 2014	12.150	8.859	929	2.506	-	2.011	26.455
Despesa de depreciação no exercício	990	1.425	304	414	-	333	3.466
Alienações	(0)	(727)	(13)	(9)	-	(108)	(857)
Estorno depreciação referente ao inventario fisico	(55)	(3.815)	(305)	(3)	-	(693)	(4.871)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>13.085</u>	<u>5.742</u>	<u>915</u>	<u>2.908</u>	<u>-</u>	<u>1.543</u>	<u>24.193</u>
Despesa de depreciação no exercício	1.153	1.386	425	347	-	255	3.566
Alienações	(0)	(346)	(20)	-	-	(3)	(369)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>14.238</u>	<u>6.782</u>	<u>1.320</u>	<u>3.255</u>	<u>-</u>	<u>1.795</u>	<u>27.390</u>
Valor residual líquido:							
Em 31 de dezembro de 2014	<u>19.613</u>	<u>8.916</u>	<u>2.427</u>	<u>812</u>	<u>263</u>	<u>623</u>	<u>32.654</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>19.298</u>	<u>9.252</u>	<u>2.845</u>	<u>688</u>	<u>35</u>	<u>514</u>	<u>32.632</u>

O imobilizado contempla reavaliação do imóvel industrial efetuada em 2004, localizado em Manaus, por meio de empresa especializada. O relatório de reavaliação foi efetuado pela referida empresa em 10 de novembro de 2004, sendo o valor reavaliado de R\$11.449, com nova vida útil estimada em 25 anos.

O Pronunciamento Técnico CPC01 - Redução ao valor recuperável de ativos define procedimentos que visam assegurar que os ativos de uma Companhia não estejam registrados por um valor contábil superior ao que pode ser recuperado no tempo por uso em suas operações ou em sua eventual venda e que esta avaliação seja feita, no mínimo, anualmente por ocasião do encerramento do exercício social.

Em atendimento ao CPC 27 (Imobilizado) a Companhia realizou a avaliação das taxas de depreciação dos itens que compoem o imobilizado considerando adequadas as taxas já praticadas.

11 Intangível (controladora e consolidado)

Descrição	Taxa (%) Anual de amortização	Controladora e Consolidado	
		31/12/15	31/12/14
Marca "CALOI"	indefinida	35.900	35.900
Software	10 a 20	5.628	5.564
Projetos desenvolvidos	20	570	570
Relacionamento com clientes	20	1.000	1.000
Total intangível (custo)		43.098	43.034
Software		(3.674)	(3.069)
Projetos desenvolvidos		(342)	(228)
Relacionamento com clientes		(451)	(250)
(-) Amortização acumulada		(4.467)	(3.547)
Total do ativo intangível		38.631	39.487

Movimentação do Intangível - controladora e consolidado

Descrição	Marcas e licenças	Software	Projetos desenvolvidos internamente	Relacionamento com clientes	Total
Custo ou avaliação:					
Em 1 de janeiro de 2014	35.900	5.130	570	1.000	42.600
Adições	-	434	-	-	434
Em 31 de dezembro de 2014	35.900	5.564	570	1.000	43.034
Adições	-	64	-	-	64
Em 31 de dezembro de 2015	35.900	5.628	570	1.000	43.098
Amortização e perda por redução ao valor recuperável:					
Em 1 de janeiro de 2014	-	2.525	114	50	2.689
Amortização	-	544	114	200	858
Em 31 de dezembro de 2014	-	3.069	228	250	3.547
Amortização	-	605	114	201	920
Em 31 de dezembro de 2015	-	3.674	342	451	4.467
Valor residual líquido:					
Em 31 de dezembro de 2014	35.900	2.495	342	750	39.487
Em 31 de dezembro de 2015	35.900	1.954	228	549	38.631

A marca “CALOI” foi contabilizada nas demonstrações financeiras da Caloi Norte S/A, em 30/09/1999, pelo saldo de crédito atualizado que a Caloi Norte S/A detinha contra a detentora da marca “CALOI” na época pelo valor de R\$35.900. A Companhia realiza anualmente testes de redução ao valor recuperável deste ativo intangível.

Em 21 de agosto de 2013, à luz do início das operações de comercialização das marcas da Dorel Sports, a Companhia adquiriu, nos termos permitidos pela legislação brasileira, a lista local de clientes, bem como dados cadastrais e histórico de vendas conforme instrumentos particular celebrado na mesma data, ora classificado como ativo intangível denominado relacionamento com clientes.

12 Fornecedores nacionais e estrangeiros

Referem-se a obrigações com fornecedores de serviços e materiais relacionados à atividade operacional da Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Fornecedores nacionais	6.745	7.592	6.745	7.592
Ajustes a valor presente	(127)	(47)	(127)	(47)
Fornecedores estrangeiros	<u>21.375</u>	<u>35.442</u>	<u>21.375</u>	<u>35.442</u>
	<u>27.993</u>	<u>42.987</u>	<u>27.993</u>	<u>42.987</u>

13 Empréstimos (controladora e consolidado)

<u>Modalidade e encargos</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Para Capital de giro em moeda nacional	73.673	47.652
Para Financiamento em moeda nacional	103.902	102.996
	<u>177.575</u>	<u>150.648</u>
Parcelas classificadas no passivo circulante	104.263	43.326
Parcelas classificadas no passivo não circulante	73.312	107.322
	<u>177.575</u>	<u>150.648</u>

Para capital de giro/financiamento - em moeda nacional

<u>Bancos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Itaú	02/05/2017	24.601	14.091
Santander		-	11.427
HSBC	27/06/2016	49.072	12.012
Citibank		-	10.121
Debentures (HSBC)	27/03/2019	103.902	102.996
Total Empréstimo Nacional		<u>177.575</u>	<u>150.648</u>

Segue a baixo a cronograma de amortização da dívida de longo prazo:

2017	30.528
2018	28.327
2019	<u>14.457</u>
	<u>73.312</u>

As taxas de juros praticadas nos empréstimos estão vinculadas, em sua maioria, à taxa flutuante CDI (Certificado Depósito Interbancário) adicionado de spread que varia entre os bancos.

Debêntures, Covenants e garantias

A Companhia procedeu em 18 de março de 2014 a 1ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única.

O valor total da emissão foi de R\$100.000, composto por 100.000 (cem mil) Debêntures emitidas com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na data de emissão.

Os empréstimos (debênture) do Banco HSBC possuem cláusulas relativas a *covenants* financeiros com base no endividamento líquido em relação ao EBITDA:

Dívida financeira Líquida / EBITIDA inferior a 4,75 em 2014, inferior a 3,75 de 2015 e inferior a 3,5 a partir de 2016.

Em 2015 não houve o cumprimento da cláusula de *covenants*. No entanto, em Assembleia Geral de Debenturistas datada em 29 de dezembro de 2015, foi deliberado pela não decretação do vencimento antecipado das debentures conforme determinado na escritura de emissão. Com base nas previsões, a Administração acredita que o risco de descumprir o *covenant* é baixa e o Grupo não deve ter problemas de continuidade operacional.

A presente emissão possui as seguintes garantias reais:

- Penhor mercantil de estoque, no valor mínimo de R\$50.000 e máximo de R\$100.000.
- Hipoteca em primeiro grau de imóvel, instalações e máquinas existentes no imóvel objeto da matrícula nº 995, do 4º Cartório de Registro de Imóveis de Manaus, no estado do Amazonas, avaliados no valor de R\$65.712, conforme laudo de avaliação preparado por perito especializado.

14 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
PIS e COFINS	1.147	552	1.148	553
ICMS Substituição tributária	843	867	859	870
Imposto de renda a recolher	9	9	9	9
Outros Tributos	1.272	831	1.272	831
Total obrigações tributárias	3.271	2.259	3.288	2.263

15 Prejuízo fiscal e base negativa contribuição social

O prejuízo fiscal a compensar no montante de R\$57.940 de acordo com a Lei nº 9.249/95, está limitado à compensação de 30% do lucro tributável de cada período, sem prazo prescricional.

A base negativa contribuição social no montante de R\$50.415, poderá ser considerada na base de cálculo de futuras contribuições, limitado à compensação de 30% em cada período, sem prazo prescricional.

	Movimentação do Estoque de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	
	Prejuízo Fiscal (IR)	Base Negativa (CSLL)
Dezembro 2012	(69.884)	(44.319)
Utilização em 2013	2.843	2.840
Dezembro 2013	(67.041)	(41.479)
Utilização (aumento) em 2014	(1.791)	(1.791)
Utilização na quitação do REFIS	18.037	-
Dezembro 2014	(50.795)	(43.270)
Utilização (aumento) em 2015	(7.145)	(7.145)
Dezembro 2015	(57.940)	(50.415)

Adesão ao Programa de Parcelamento - REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941, e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Este parcelamento prevê, entre outras, o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Caloi e a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros.

A Companhia avaliou os benefícios desta nova lei de parcelamento e, em 19/08/2009, optou pela migração do PAEX referente aos tributos IPI, PIS, COFINS e INSS para o REFIS IV, a serem liquidados em até 180 meses, e vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Os saldos a pagar são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

Em 30 de novembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou à adesão da Companhia ao programa de redução e liquidação do parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14.

16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Ativo

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo diferido referente a créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias (provisões temporariamente indedutíveis), foi reconhecido com base em expectativa futura de lucros tributáveis.

Passivo

A Companhia possui provisão de imposto de renda e contribuição social diferido passivo no montante de R\$1.202 (R\$ 1.239 em 31 de dezembro de 2014), sobre reserva de reavaliação de

ativos próprios realizada em períodos anteriores. Nesta demonstração financeira os referidos valores estão demonstrados como redutores dos demais ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social.

A seguir, representamos a composição dos créditos e débitos fiscais:

	2015	2014
Sobre prejuízos fiscais e base negativa	14.967	13.037
Sobre diferenças temporárias		
IR_CSLL diferido ativo sobre diferenças temporárias	2.997	2.985
IR_CSLL diferido passivo sobre reserva de reavaliação	(1.202)	(1.239)
	<u>16.762</u>	<u>14.783</u>

A Companhia, com base em estimativa atualizada de geração de lucros nos períodos vindouros e em linha com as práticas contábeis, reconheceu no exercício de 2013 ativo de imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa. Em 2015 a Companhia reconheceu novo valor de R\$1.929.

A Companhia realizou teste de realização dos ativos de impostos diferidos e concluiu que a expectativa de realização destes dar-se-á em prazo razoável e condizente com as práticas e princípios contábeis.

Lei 12.973/14 (Medida Provisória 627)

A Administração efetuou uma avaliação das disposições contidas na Lei 12.973/14 (Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”)) que entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, onde há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração efetuou a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, caso não fosse feita a opção pela adoção antecipada, não haveriam riscos relacionados à tributação sobre (i) dividendos distribuídos que excederam o lucro fiscal, apurado entre 1/1/2008 e 2013; e (ii) pagamento de JCP e apuração de resultado de equivalência patrimonial com base no patrimônio líquido societário para os anos-calendário de 2008 a 2013, considerando os prejuízos fiscais em todos esses anos.

Adicionalmente, mesmo sendo efetuada a opção pela adoção antecipada, ainda não há riscos de contingência possível, relacionados ao saldo de dividendos não pagos até a data da publicação da MP 627 que excederam o lucro fiscal apurado entre 1/1/2008 e 2013, devido aos prejuízos fiscais anteriormente mencionados.

Conciliação de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo antes dos impostos	(8.511)	(2.912)	(8.509)	(2.909)
Aliquota combinada	34%	34%	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social pela alíquota combinada	-	-	(2)	(3)
(Adições) / Exclusões temporárias e permanentes				
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias	50	926	50	926
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízos fiscais	1.929	484	1.929	484
Complemento de Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízos fiscais	-	1.263	-	1.263
Total benefício no resultado	1.979	2.673	1.977	2.670
Corrente	-	-	(2)	(3)
Diferido	1.979	2.673	1.979	2.673
Total	1.979	2.673	1.977	2.670
Aliquota Efetiva	23%	92%	23%	92%

17 Transações com partes relacionadas

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
a) Saldos de contas a pagar de empresas ligadas e controladas (passivo circulante)	414	291
b) Saldos de contas a pagar de empresas ligadas e controladas (passivo não circulante)	147	124
c) Compras e serviços adquiridos de empresas ligadas e controladas	164	405

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações de compra de produtos e/ou serviços que constituem o objeto social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tem saldo a pagar a empresas pertencentes ao grupo Dorel no montante de R\$ 414 (R\$291 em 2014), ora classificados como passivo circulante.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores abrange basicamente os salários e os benefícios pagos nos períodos informados. Em 31 de dezembro de 2015, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, reconhecidas no resultado do exercício, totalizaram R\$ 4.232 na controladora e consolidado (R\$4.691 em 31 de dezembro de 2014).

18 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião dos advogados, o montante referente às causas consideradas prováveis para registro na rubrica de “Provisões para contingências” é de R\$ 562 na controladora e no consolidado (R\$463 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2014). No resultado do exercício foi registrado em 2015 e 2014 o equivalente a R\$ 836 e R\$ 723, respectivamente, em perdas.

Movimentação Contingências 2015	
Saldo Dezembro 2014	463
Novos processos	155
Atualizações	53
Pagamentos	(109)
Saldo Dezembro 2015	562

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas mantinham, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, são classificadas como perdas possíveis, no valor aproximado de R\$16.752 na controladora e no consolidado (R\$19.015 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2014), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Revisão da apuração de tributos

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos federais (imposto de renda, contribuição social, IPI, PIS e COFINS) e ao imposto estadual (ICMS).

Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de contribuição previdenciária (INSS e FGTS).

Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

19 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital Social da Sociedade é de R\$46.714 e está representado por 458.932 ações ordinárias.

b. Reserva de retenção de lucros

Em 2015 dado o prejuízo de R\$6.532, não houve retenção referente ao exercício de 2015. O saldo da reserva da retenção dos lucros está disponível para posterior destinação a ser definida em AGO ou AGE.

c. Reserva legal

Em função do prejuízo auferido no exercício, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não constituiu reserva legal, conforme previsto no artigo 193 da Lei das Companhias por Ações.

d. Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido, com os seguintes ajustes: (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovar, a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Companhias por Ações).

e. Reserva de incentivo fiscal

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não constituiu reserva de incentivos fiscais (SUDAM) visto que auferiu prejuízo, artigo 195 da Lei das Companhias por Ações.

f. Reserva de reavaliação

O imobilizado contempla reavaliação do imóvel industrial efetuada em 2004, localizado em Manaus, por meio de empresa especializada. O relatório de reavaliação foi efetuado pela referida empresa em 10 de novembro de 2004, sendo o valor reavaliado de R\$11.449, com nova vida útil estimada em 25 anos. A reserva do imposto de renda e contribuição social diferidos foram reconhecidas concomitantemente com a reserva de reavaliação. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos destacados na demonstração de resultado contempla o reflexo da realização da reserva de reavaliação apropriada em 2015.

g. Cálculo do lucro por ação

O cálculo do prejuízo por ação é demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2015	2014
Prejuízo líquido do exercício	(6.532)	(239)
Numero de ações	458.932	458.932
Prejuízo líquido do exercício (por lote de mil)	(14,23)	(0,52)

20 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/13
Receita operacional bruta	376.206	355.482	376.205	355.480
Impostos sobre vendas e outros	(68.682)	(64.304)	(68.685)	(64.305)
Total receita líquida de vendas	307.524	291.178	307.520	291.175

21 Custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Custo materiais	170.994	154.442	170.994	154.442
Outros Custos Fabricação	12.182	12.681	12.182	12.681
Salario e encargos	28.953	29.919	28.953	29.919
Depreciação	2.311	2.004	2.311	2.004
Incentivo fiscal	(22.829)	(21.094)	(22.829)	(21.094)
Outros custos	41.863	38.411	41.863	38.411
Total despesas com vendas	233.475	216.362	233.475	216.362

22 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesas com pessoal	(9.011)	(9.372)	(9.011)	(9.348)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(8.752)	(9.484)	(8.728)	(9.484)
Despesas com serviços em geral	(1.726)	(2.832)	(1.726)	(2.832)
Total despesas com vendas	(19.489)	(21.688)	(19.465)	(21.664)

23 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesas com pessoal	(12.698)	(12.135)	(12.698)	(12.135)
Despesas gerais	(15.111)	(16.741)	(15.113)	(16.751)
Total despesas gerais e administrativas	(27.809)	(28.876)	(27.811)	(28.886)

24 Participações dos empregados e administradores no resultado

A Companhia tem uma política de conceder Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor do PLR é equivalente a metas operacionais. Em 31 de dezembro de 2015, o montante registrado como despesa do exercício é de R\$761 (R\$1.065 em 2014) sendo R\$ 971 como saldo de provisão na rubrica de “Salários e encargos” no passivo circulante.

25 Resultado financeiro (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesas financeiras				
Juros sobre financiadores, fornecedores	(17.262)	(15.003)	(17.262)	(15.003)
Atualização de multa e juros de impostos parcelados	(5)	(433)	(5)	(433)
Impostos sobre Operações Financeiras (IOF)	(1.396)	(1.280)	(1.396)	(1.280)
Juros e despesas s/ debêntures	(15.416)	(9.338)	(15.416)	(9.338)
	(34.079)	(26.054)	(34.079)	(26.054)
Receitas financeiras				
Juros ativos de clientes	1.327	977	1.327	977
Rendimentos aplicações financeiras	13	497	13	497
Outras receitas financeiras	12	23	12	23
	1.352	1.497	1.352	1.497
	(32.727)	(24.557)	(32.727)	(24.557)

26 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e empréstimos em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Os valores destes instrumentos financeiros reconhecido no balanço patrimonial não diferem dos valores justos devido ao vencimento de curto prazo destes instrumentos.

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas como Nível 2.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia possui valores a pagar a fornecedores de obrigações atreladas ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía instrumento de proteção parcial para as variações de taxas de câmbio.

As principais exposições cambiais são resumidas como segue:

	Valor Original	Taxa Conversão	Valor em Reais
TOTAL EM USD	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Adiantamento Fornecedor	194	3,9042	759
Fornecedor	4.863	3,9048	18.987
Empresas Ligadas	99	3,9048	388
Total Global	5.156		20.134
TOTAL EM EUR	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Adiantamento Fornecedor	1	4,2482	6
Fornecedor	102	4,2504	432
Total Global	103		437
TOTAL EM JPY	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Fornecedor	83.816	0,03243	2.718
Total Global	83.816		2.718
TOTAL EM TWD	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Fornecedor	32	0,1188	4
Total Global	32		4
TOTAL EM CAD	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Empresas Ligadas	9	2,8171	26
Total Global	9		26

Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

- Total risco (empréstimos (-) aplicações financeiras): R\$176.154

Logo, com base no saldo final de 2015, para cada variação de 1p.p. na taxa de juros do CDI a variação esperada na despesa e receita financeira é de R\$1.762.

Risco operacional

A Companhia opera na industrialização de bicicletas, de marca própria, em diversas regiões do país. A performance de suas operações está sujeita às condições do mercado, economia e indústria.

Valor justo

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. A companhia executa e avalia instrumentos financeiros especificamente quando julga necessário.

b. Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, bem como de contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As taxas de juros praticadas nos empréstimos de curto e longo prazo estão vinculadas a taxa fluante CDI adicionado de *spread*. Sendo assim, o valor contábil e valor justo de empréstimos são equivalentes.

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os ativos e produtos (imóveis alugados, lucros cessantes, bens e estoques) com cobertura contratada total de R\$ 1.080.109 sujeitos a riscos, montantes considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

* * *

Eduardo Musa
Diretor Presidente

Adriano Fernandes Nascentes
Diretor Administrativo Financeiro

Gilberto Rocha Burigatto
Contador CRC 1SP260402/O-S/AM